

NOVOS PARTIDOS POLÍTICOS NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DOS SEUS IMPACTOS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO (1991-2019)

PAULO ANÓS TÉ¹

UFPEL – pauloanoste0@gmail.com

ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

UFPEL – albarret.sul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país localizado na Costa oeste do continente africano, que possui uma população de cerca de 1,9 milhões de habitantes (BM, 2023). O país foi ex-colônia de Portugal e proclamou unilateralmente a sua independência em 1973. Em seguida, o país foi governado pelo regime do partido único sob a égide do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Após passar por série de crises, assassinatos e pressões interna e externa, a Guiné-Bissau adotou o pluralismo político em 1991, permitindo, assim, a legalização de outros novos partidos políticos.

Feitas essas considerações, este trabalho analisa os impactos que os novos partidos políticos produzem na institucionalização do sistema partidário da Guiné-Bissau (1991-2020), tendo como indicadores a volatilidade eleitoral (VE) e o Número Efetivo de Partidos (NEP) eleitoral e parlamentar. Em relação ao impacto dos novos partidos políticos (NPP) no sistema partidário, a literatura da Ciência Política tem apontado três respostas diferentes: eles produzem institucionalização, fraca institucionalização e desinstitucionalização.

Para responder a esse desafio, o trabalho se embasa no conceito de institucionalização proposto por Mainwaring e Scully (1994), seguido por Mainwaring (1998, 1999); Mainwaring e Torcal (2005). Neste trabalho, a institucionalização é compreendida como um processo pelo qual um sistema ou organização “se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, senão universalmente aceita”, enquanto a desinstitucionalização do sistema partidário gera consequência negativa para accountability eleitoral (MAINWARING; TORCAL, 2005, p. 254).

O debate sobre o NPP desde os finais dos anos 1970 tem sido muito polêmico entre os teóricos. Para alguns, um NPP é uma “organização genuinamente nova” (para Arter [2012]) são os partidos sangue novo) que apresenta(m), pela primeira vez, candidatos a uma eleição parlamentar de âmbito nacional (HUG, 2001). São atores organizadamente jovens, por apresentarem questões genuinamente novas (BOLLEYER, 2008). Bolin (2014) seguindo as linhas de Harmel, entende que os genuinamente novos são aqueles concorrentes adicionais no pleito eleitoral. Barnea e Rahat (2010, p. 311), definem um novo partido como “um partido que tem um novo rótulo e que não mais do que metade dos seus principais candidatos (topo da lista de candidatos ou distritos seguros) são originários de um único ex-partido. Para Aït-Aoudia (2016, p.2), um NPP é “qualquer [partido] que tenha sido criado mais recentemente, num contexto político e institucional em evolução, e que se baseia numa identidade política que, até naquele momento, tinha estado ausente da arena política”.

Do ponto de vista empírico, respeitadas as contribuições dos autores, o trabalho considera NPP aquela organização que, registrada legalmente junto à autoridade eleitoral, inscreve-se para concorrer e estreia nas urnas. Logo, partidos

que somente se registraram, mas não participaram nas eleições (independentemente da motivação) foram excluídos da análise.

No total de 93 partidos que competiram no país, 41 foram classificados como novos, sendo: 8 (1994), 6 (1999), 8 (2004), 11 (2008), 1 (2014) e 7 (2019). As análises sobre a institucionalização do sistema partidário têm sido marcadas por dissensos entre os teóricos. A falta de consenso deve-se, segundo Sanches (2014), a quantas dimensões, indicadores e elementos políticos, sociais ou econômicos (ou não) são necessários para a medir empiricamente. Assim sendo, aborda-se o problema, tendo como índice de VE e o NEP eleitoral e parlamentar.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter quanti-qualitativa. Esta pesquisa permitiu análise dos dados quantitativos (dos votos válidos, percentagens e mandatos obtidos pelos partidos políticos na Assembleia Nacional Popular [ANP]) o parlamento unicameral do país, possibilitando compreender a complexidade dos dados e também analisá-los. Para o efeito, segue-se algumas etapas descritas no quadro 1.

Quadro 1: etapas da metodologia

ETAPAS	EXPLICAÇÕES
Revisão da literatura	Trata-se do “estado da arte” da pesquisa que envolve as discussões teóricas em torno da Institucionalização do sistema partidário, visando entender e explicar as categorias analíticas sobre o tema. Foi feito o levantamento bibliográfico de livros, teses, dissertações e artigos, através da consulta nos bancos de dados disponíveis na Internet.
Pesquisa documental	Foram coletadas as informações primárias das eleições de 1994, 1999, 2004, 2008, 2014 e 2019 no site da Comissão Nacional de Eleições (CNE) da Guiné-Bissau. Foram considerados para este estudo apenas os votos válidos.
Análise de dados	Para operacionalização dos dados, foi utilizada a Volatilidade Eleitoral (VT) desenvolvido por Pedersen, sendo desagregado em Volatilidade eleitoral tipo A (VTA) e Volatilidade Eleitoral tipo B (VTB) de Powell e Tucker (2014), e Número Efetivo de Partidos (NEP) desenvolvido por Laakso; Taagepera para mensurar empiricamente os dados. Aqui a VT.

Fonte: elaboração própria.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O debate sobre a institucionalização do Sistema Partidário (ISP) é muito polêmico. Entretanto, após apresentação de algumas literaturas sobre o assunto, faz-se necessário apresentar os dados recolhidos a partir da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e Assembleia Nacional Popular (ANP) para compreender os impactos que os Novos Partidos Políticos (NPP) produzem na ISP da Guiné-Bissau.

Tabela 1. Número Efetivo de Partidos e absoluto no parlamento (Guiné-Bissau, 1994-2019)

Eleição	Partidos			NE	
	Não eleitos	Eleitos	Total	Eleitoral	Parlamentar
1994	3	5	8	3,51	2,28
1999	5	8	13	5,83	3,60
2004	10	5	15	4,43	2,82
2008	16	5	21	3,15	1,89
2014	10	5	15	3,02	2,11
2019	15	6	21	4,51	3,05
Total	59	34	93	24,45	15,75
Média	9,83	5,66	15,5	4,08	2,625

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CNE (1994, 1999, 2004, 2008, 2014, 2019).

Os dados da tabela 1, revelam duas características principais. A primeira é que, em termos eleitorais, o sistema partidário é muito mais fragmentado do que aquele verificado no parlamento. Há em média 15,5 partidos disputando cada eleição. Apesar desses valores, não se pode falar em um sistema partidário atomizado – para usar os termos de Sartori (1982) – ou excessivamente fragmentado. Afinal, se se considerar o NEP eleitoral, que leva em consideração a votação comparativa obtida pelos partidos e a relevância das legendas – novamente nos termos de Sartori (1982) –, chega-se à média de 4,08 por eleição. Tais médias e intervalos configuram um sistema pluripartidário limitado. A segunda lição é a comprovação do efeito redutor da ação conjunta da fórmula eleitoral adotada no país e da magnitude variável entre os distritos eleitorais, o que também confirma as previsões da literatura internacional sobre o tema. Na média das seis eleições, 63% dos partidos concorrentes não conseguiram acesso ao parlamento. A exclusão se reflete no NEP: o eleitoral é sempre maior do que o parlamentar, que faz o mesmo cálculo, porém tendo por perspectiva a quantidade de cadeiras. No acumulado, o NEP parlamentar é 35,6% menor do que o eleitoral, a indicar a intensidade do efeito redutor.

Tabela 2: VT, VTA e VTB nas eleições parlamentares (Guiné-Bissau, 1994-2019)

Período	Volatilidade		
	Tipo A (%)	Tipo B (%)	Total
1999/1994	13,24 (32,32)	27,72 (67,67)	40,96
2004/1999	17,67 (36,48)	30,77 (63,53)	48,43
2008/2004	20,11 (52,49)	18,20 (47,50)	38,31
2014/2008	8,20 (43,64)	10,60 (56,44)	18,79
2019/2014	19,44 (54,45)	16,27 (45,57)	35,70
Média	15,73 (43,17)	20,71 (56,84)	36,43

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de CNE (1994, 1999, 2004, 2008, 2014, 2019).

A Tabela 2 além de apresentar o mesmo índice de medição proposta por Pedersen (VT), desagrega os dados obtidos através da mediação de votos que são trocados entre os partidos constantes (VTB) e não constantes (VTA). Esses dados são importantes na análise sobre os impactos dos novos partidos políticos na ISP. O nível médio de VT nos cinco pares de eleições é 36,43, VTA é 15,73 e VTB, 20,71. Isso implica que a diferença entre os dois tipos é de 4,98. Em outros termos: na média, a VTB é 13,67% maior do que a VTA. Essas observações ilustram que há uma diferença sensível no índice de volatilidade entre os partidos constantes e novos partidos, já que a diferença é de 13,67%. Isso implica que a VTB contribui com 56,84% da VT, enquanto a VTA, com 43,17%. Essa relação é mais dilatada no par 1999/1994, quando a VTB alcança 67,67% da VT.

Os dados da Tabela 2 ilustram que à medida que o país vai organizando as suas eleições, a VTA tende a consolidar e a VTB a desinstitucionalizar. Os cálculos evidenciam que o sistema partidário da Guiné-Bissau está a caminho de uma fraca estabilidade ou institucionalização do sistema partidário já a VT que chegou a obter 40,96% em 1999 e 48,43% em 2004, tendo alcançado uma média de 36,43%.

4. CONCLUSÕES

Como os dados da pesquisa demonstraram, a entrada de NPP não produziu a alta fragmentação e nem a alta taxa de volatilidade eleitoral no legislativo, pois a VT da Guiné-Bissau gira em torno de 36,43. Por outro lado, a oferta eleitoral demonstra que o país convive com vários partidos que surgem e desaparecem,

sempre cativando uma parte do eleitorado. Independentemente disso, dois partidos (PAIGC e PRS) estruturaram esse sistema ao longo do período – o que é corroborado pelos dados de NEP, cuja média gira em torno de 2,0, mas é demarcado por uma fraca institucionalização, como indica a VT.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÏT-AOUDIA, Myriam. Conditions for “new parties” participation in a founding election in a democratic transition: the Algerian case. **Party Politics**, v. 24, n. 4, p. 1-10, sept. 2016.
- ARTER, David. Analysing ‘successor parties’: the case of the True Finns. **West European Politics**, v. 35, n. 4, p. 803-825, 2012.
- BARNEA, Shlomit; RAHAT, Gideon. Out with the old, in with the “new”: what constitutes a new party? **Party Politics**, v. 17, n. 3, p. 303-320, July 2010.
- BM (BANCO MUNDIAL). **Guiné-Bissau aspectos gerais**. Guiné-Bissau, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3FI8o5P>>. Acesso em: 13 set. 2023.
- BOLIN, Niklas. New party parliamentary entry in Western Europe, 1960-2010. **European Journal of Government and Economics**, v. 3, n. 1, p. 5-23, June 2014.
- BOLLEYER, Nicole. The organizational costs of public office 17 Nicole Bolleyer. In: DESCHOUWER, Kris (ed.). **New parties in government**. London: Routledge, 2008. p. 17-44.
- CNE (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES) [Guiné-Bissau]. Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 1994. Disponível em: <<http://www.cne.gw/>>. Acesso em: 12 set. 2023.
- CNE (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES) [Guiné-Bissau]. Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 1999.
- CNE (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES) [Guiné-Bissau]. Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 2004. Disponível em: <<http://www.cne.gw/>>. Acesso em: 24 set. 2023.
- CNE (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES) [Guiné-Bissau]. Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 2008.
- CNE (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES) [Guiné-Bissau]. Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 2014. Disponível em: <<http://www.cne.gw/>>. Acesso em: 24 set. 2023.
- CNE (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES) [Guiné-Bissau]. Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 2019.
- HUG, Simon. **Altering party systems: strategic behavior and the emergence of new political parties in western democracies**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.
- MAINWARING, Scott. SCULLY, Timothy. 1994. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina”. **Dados: Revista de Ciência Sociais**, RJ, v. 37, n. 1, p. 43-79, Jan. 1994.
- MAINWARING, Scott. Party systems in the third wave. **Journal of Democracy**, v.9 n. 3, p. 67-81, Jul. 1998.
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, v.11, n. 2, p. 249-286, Mai. 2005.
- SANCHES, Edalina Rodrigues. **Explaining party system institutionalization in Africa: from a broad comparison to a focus on Mozambique and Zambia**. 2014. 284 f. Tese (Doutorado em Ciência Sociais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: UnB, 1982.